

Aconteceu

KARDEX (X)
IR. JGEM ()
XEROX ()
CEDI ()
Centro Ecumênico de Documentação e Informação ()
Rua Cosme Velho, 98, fundos
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 983
01238 - São Paulo - SP

Jornalista Responsável:
Dermi Azevedo - Reg. Prof. nº 239 MtB

Editor do Aconteceu:
Jorge Luiz Carrera Jardineiro

Conselho Editorial:
Zwinglio Mota Dias
Rubem Alves
Aloísio Mercadante Oliva
José Oscar Beozzo
Jether Pereira Ramalho

Assinatura anual: Cr\$ 20.000 (Brasil),
US\$ 50.00 (América Latina),
US\$ 66.00 (América do Norte),
US\$ 75.00 (Europa, Ásia e África).
Envie junto com seu pedido um cheque nominal ou vale postal para CEDI-RJ



FATOS DESTACADOS DA IMPRENSA
DE 02 A 08 DE SETEMBRO DE 1985
Nº 324 - CIRCULAÇÃO INTERNA

CONSTITUINTE

BISPO E ENTIDADES CIVIS DEFENDEM A PARTICIPAÇÃO DO POVO NO DEBATE DA NOVA CARTA

"Com valor jurídico ou não, vamos instalar assembleias municipais constituintes. O importante é que elas tenham valor político para a Assembleia Nacional Constituinte, sobretudo no que se refere ao progresso do país. Com que economia se vai reger o destino da nação? O Brasil tornou-se uma presa da economia internacional e se não houver uma mudança, pelo menos substancial, o povo vai continuar sofrendo. O povo deve participar da Constituinte". A afirmação é do Bispo de Duque de Caxias e São João de Meriti, Dom Mauro Morelli. Dela compartilham também o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Herman Baeta; o secretário executivo do Instituto Brasileiro de Análise Social e Econômico, Herbert de Souza; o presidente da Federação das Associações de Moradores do Rio, Francisco Alencar, e o presidente da Federação das Associações de Moradores de Duque de Caxias, Alcino Elias. Eles debateram ontem, no Colégio Santo Antônio, em Caxias, a Constituinte, e a forma através da qual o povo dela possa participar, através da criação de conselhos consultivos municipais, que deverão ser eleitos pela população. (JB - 2/9/85)

COMISSÃO DECIDE INCLUIR CONCLAT NOS DEPOIMENTOS

A Comissão Mista que examina a emenda de convocação da Constituinte decidiu ontem, acolhendo sugestão do Relator, Deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP), incluir um representante da Confederação Nacional das Classes Trabalhadoras na relação das pessoas que debaterão a matéria na Comissão. Em reunião anterior, Bierrenbach havia apresentado uma relação da qual constava o nome de Jair Meneghelli, da Central Única dos Trabalhadores. Nenhum representante da Conclat estava incluído, o que causou reações contrárias. O Relator afirmou que a escolha de Meneghelli não significava uma preferência pela CUT e um despreço pela Conclat, mas resultava da constatação de que Meneghelli havia manifestado maior interesse no debate sobre a Constituinte. (O GLOBO - 4/9/85)

CUT: "É MUITO DIFÍCIL CONFIAR"

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói e Itaboraí (RJ) e membro da executiva nacional da CUT, Abdias Jose dos Santos, disse que "não dá para confiar o destino de nossa nação apenas a uma comissão de alto nível". Ele acrescentou que nem sempre os homens de confiança dos mandatários são bons para o País. Segundo ele, a CUT tem levantado a necessidade de uma Constituição livre e soberana. "A comissão, de antemão, dificulta e desfigura que as contribuições das entidades sejam levadas em conta". Para Abdias, a falta de respeito aos pareceres dos diversos segmentos acabará limitando a Constituição. "Estamos lutando pela Constituinte mas o caminho não passa pela comissão de alto nível. Queremos, isso sim, criar condições para a sociedade debater o assunto, principalmente com a abolição dos principais mecanismos de coação, como a Lei de Greve, a Lei de Segurança Nacional, Lei de Imprensa e outros resquícios da Velha República". (JORNAL DO PAÍS - de 29 de agosto a 4 de setembro de 85)

CONCLAT: "MEL NOS LÁBIOS DO POVO"

A ausência de representantes dos trabalhadores, dos negros, dos índios e dos deficientes físicos, além da presença de apenas duas mulheres, entre 8 homens, causou estranheza ao presidente da Federação dos Metalúrgicos do Estado do Rio e diretor regional da Conclat, Francisco Dal Prá. O sindicalista acha que a escolha dos nomes, mais uma vez, refletiu o predomínio do poder econômico sobre o movimento popular. Francisco Dal Prá disse que a direção regional da Conclat está discutindo o tema diariamente, sem demonstrar contentamento com os nomes indicados para compor a comissão. "Temos certeza que o trabalho da comissão será definitivo. Não existe a alegação de que cabe à Constituinte aceitar, ou não, o resultado destas discussões entre os tais notáveis. Eles querem nos enfiar este trabalho pela goela abaixo", disse. (JORNAL DO PAÍS - de 29 de agosto a 4 de setembro de 85)

UMA CONSTITUINTE PARA A DIREITA

Mais cedo do que se esperava, começou a se definir o tipo de Constituinte que se planeja impor à Nação. A Comissão Afonso Arinos, pré-fabricada no Planalto, foi uma clara amostra da Constituição Federal que nos preparam. É inconcebível que num País em que as mulheres são a metade da população e o segmento negro a sua maioria se excluam da Comissão os seus representantes. O Dr. Tancredo havia incluído na sua lista pelo menos três representantes negros. Não foi diferente a situação dos índios. Apesar das justas e insistentes reivindicações dos seus caciques e delegados, esse setor da sociedade brasileira, que tanto tem a dizer na defesa dos seus direitos postergados, ficou de fora da Comissão. O que se está preparando é uma Constituinte elitista, conservadora, imposta pelas máquinas políticas, sem maiores diferenças com a velhíssima e a velha República. Apta a votar uma Constituição bífida, que consagre as piores formas de capitalismo e homologue, em nome da empresa privada e da liberdade de comércio, o modelo econômico. As eleições municipais de novembro já nos dão uma demonstração do que é e o que vai ser o poder do dinheiro. Já nem sequer se fala em cruzeiros. Nos Estados mais pobres calcula-se que a eleição de um Deputado Constituinte custará no mínimo US\$ 1 milhão, ou seja, à época mais ou menos Cr\$ 10 bilhões. Já se nota em muitas pessoas uma frustração por tudo isso. Em São Paulo e outros estados, realizaram-se manifestações de rua denunciando o caráter elitista, racista e conservador da Comissão. Esse exemplo deve ser seguido em outros Estados. O povo organizado pode evitar uma Constituição neo-autoritária e a campanha pelas Diretas mostrou que, quando se decide, o povo sabe organizar-se e lutar. (JORNAL DO PAÍS - de 29 de agosto a 4 de setembro de 85)

POLITICA NACIONAL

EX-DEPUTADO QUER MAIOR PARTICIPAÇÃO NA R.A.

"A proposta de reforma agrária do Governo não resolverá os problemas do campo, por que está sendo imposta de cima para baixo", afirmou o ex-Deputado Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas do nordeste antes de 1964, que chegou a São Paulo para participar da campanha do candidato do PDT a prefeito, ex-Deputado Adhemar de Barros Filho. O ex-deputado pernambucano considerou que a reforma agrária "só será séria e verdadeira quando o campesinato for ouvido e opinar como ela deve ser feita". (JB - 5/9/85)

MINISTRO DIZ QUE NOVAS DESAPROPRIAÇÕES PODEM SURTIR EM EMERGÊNCIA

Novos decretos de desapropriação de áreas rurais do país deverão ser encaminhados pelo Ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Nelson Ribeiro, ao Presidente Sarney, em caso de "situações dramáticas" sobre posse da terra, principalmente nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, que concentram mais de 20 mil trabalhadores sem terra acampados. Essas situações estão sendo estudadas pelo INCRA, segundo o Ministro Nelson Ribeiro, existindo áreas que se constituem em "reservas" para situações "emergenciais", num total de quase 264 milhões de hectares de terras, especialmente no Maranhão, Acre, Paraná, Santa Catarina, Pará, Rondônia e Mato Grosso. O Ministro Nelson Ribeiro se disse satisfeito com as manifestações de apoio aos decretos que desapropriaram 13 fazendas em Santa Catarina e Bahia, num total de mais de 16 mil hectares. O Ministro disse que "pretextos como os usados no caso de Lindrina não existem mais". Ele acredita que esteja havendo maior compreensão sobre os problemas agrários, principalmente quando se verificou que já existem áreas prioritárias decretadas em governos anteriores. (JB - 6/9/85)

TRABALHADORES URBANOS

METALÚRGICO TEME COMPRA DE ROBÔS

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo (SP) pretende procurar a Volkswagen, através de sua comissão de fábrica, para avaliar as conseqüências para a classe trabalhadora da importação de 15 a 18 robôs industriais, que a montadora trará, da Alemanha, segundo autorização concedida pelo Governo Federal. O vice-presidente do sindicato operário, afirmou que a importação está sendo feita "à revelia" dos trabalhadores: "Tememos que esses robôs substituam grandes grupos de metalúrgicos, sem seu remanejamento para outras atividades na fábrica". Segundo o dirigente sindical, a comissão de fábrica da Volkswagen buscará se inteirar sobre a implantação dos robôs na linha de montagem, antes de discutir o assunto com a categoria. (JB - 6/9/85)

PORTUÁRIOS CONQUISTAM ESTABILIDADE

Os trabalhadores nos serviços portuários da Bahia não poderão ser demitidos no período de um ano. A conquista foi obtida através do acordo coletivo de trabalho assinado, em Salvador, com a diretoria da Companhia das Docas do Estado da Bahia (Codeba), empresa do sistema Portobrás, que pôs fim aos 21 anos durante os quais

patrões e empregados não sentavam à mesa de negociações. Além da estabilidade no emprego durante a vigência do acordo - excetuando-se os casos de demissão por justa causa comprovada -, os portuários baianos conseguiram 100% do INPC para o reajuste salarial da categoria, aumento salarial a título de produtividade em percentual apurado na forma da lei e 3% a cada triênio de serviço, entre outras vantagens. (JB - 7/9/85)

PORTUÁRIO SANTISTA PODE PARAR

Cerca de 4 mil trabalhadores portuários realizaram ontem uma concentração, seguida de passeata, diante da sede da Codesp, em Santos (SP), e decidiram dar prazo até o dia 22 para o Governo responder às suas várias reivindicações. Caso não sejam atendidos, pretendem parar o Porto de Santos, a partir de zero hora do dia 23 de setembro. A principal reivindicação dos portuários santistas é de uma antecipação salarial de 20,8% - a partir do dia 1º de setembro. Eles querem também o INPC integral em dezembro (mês do dissídio), adicional de 50% sobre o horário noturno, todas as horas extras à base de 100% e redução do limite de idade para aposentadoria, de 55 anos para 53 anos. Já esgotamos todos os recursos de negociação, desde junho, quando começamos esta campanha, explicou o presidente do Sindicato da Administração Portuária, Benedito Furtado de Andrade. Agora, queremos uma resposta definitiva, dando aos portuários o mesmo que já foi concedido aos funcionários de outras estatais, como o Banco Central, Banco do Brasil, Banco da Amazônia e Cosipa, disse. (JB - 7/9/85)

METALÚRGICO NEGOCIA COM EMPRESÁRIO PISO SALARIAL

Dirigentes sindicais de empresários e trabalhadores do setor metalúrgico reuniram-se na Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, dando início às negociações para o reajuste salarial da categoria, a partir de 1º de outubro. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Valdir Vicente de Barros, afirmou que as principais reivindicações são: aumento de 100%; piso salarial de Cr\$ 1 milhão 100 mil (atualmente é de Cr\$ 450 mil); correção trimestral; e redução da jornada de trabalho em oito horas semanais. A categoria entra nas negociações em "estado de greve" - acrescentou o presidente do Sindicato - mas considera um caso especial a "paralisação" no estaleiro Emaq, em consequência do atraso no pagamento de salários. No Rio trabalham cerca de 180 mil metalúrgicos, em oito mil empresas, segundo Valdir Vicente. A reunião na Firjan foi presidida por Arthur João Donato (estaleiro Canecco) e a comissão de negociação voltará a se encontrar hoje, com os trabalhadores. O presidente da comissão, César Moreira, admitiu que entre as reivindicações dos metalúrgicos o reajuste trimestral poderá encontrar resistências, inclusive porque o Ministro da Fazenda, Dílson Funaro, tem se manifestado contra a trimestralidade. (JB - 6/9/85)

PRIVATIZAÇÃO DE EMPRESA

O Sindicato dos Metalúrgicos de Mogi das Cruzes (SP) promove, hoje, às 8 horas, no bairro de Vila Industrial, ato público em defesa da privatização da Companhia Siderúrgica de Mogi das Cruzes, que deverá contar com a participação dos trabalhadores da empresa, moradores e representantes sindicais de outros municípios, entre eles Argeu Egidio dos Santos, presidente da Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo. A concentração deverá acontecer defronte do portão de entrada da Cosim, que está ameaçada de fechamento pelo governo federal, caso a Comissão Especial de Desestatização do Ministério da Fazenda não consiga concretizar sua transferência para o capital privado, através de concorrência pública a ser aberta dentro dos próximos dias. (ESP - 4/9/85)

TRABALHADORES REIVINDICAM ESTABILIDADE

Os trabalhadores químicos e petroquímicos, do pólo petroquímico de Camaçari, na Bahia, que estão em greve há nove dias, só pretendem voltar ao trabalho com a garantia de emprego por um ano, uma vez que empresários prometeram demitir funcionários, principalmente os que participaram de ocupação das instalações industriais. No entender dos empresários, a greve que paralisa o pólo petroquímico de Camaçari deveria ser terminada ainda na noite da última sexta-feira, quando o TRT julgou legal o movimento e apreciou o dissídio coletivo. Os trabalhadores aceitaram a decisão do TRT, inclusive o julgamento da reivindicação que motivou a greve: a taxa de adicional por trabalho com revezamento de turno, fixada em 80%. No entanto, eles discordam que o julgamento pelo TRT implicaria o fim da greve e só voltam a trabalhar com a garantia de que não haverá demissões. (ESP - 4/9/85)

EM PAULÍNIA, PETROLEIROS REALIZAM PROTESTO DE FOME CONTRA PETROBRÁS

Os 1.200 petroleiros da refinaria de Paulínia (SP) iniciaram ontem greve de fome que deverá estender-se durante todo o dia de hoje, como primeira ação de protesto pelo não atendimento de suas reivindicações salariais por parte da Petrobrás. Os principais pontos da campanha salarial deste ano são: reajuste com base no índice inflacionário calculado pelo Dieese, de 80,7 por cento para 1º de setembro, trimestralidade, 10 por cento de produtividade, redução dos turnos de oito para seis horas. De acordo com Wilson Santarosa, tesoureiro do Sindicato dos Petroleiros de Campinas e Paulínia, as negociações com a direção da empresa "têm transcorrido dentro de muita amabilidade, mas sem qualquer concessão há 15 dias". Em assembleia geral, os petroleiros decidiram que, sem haver avanço nas negociações, deveriam ser iniciadas as ações de protesto que, além de Campinas, estão sendo programadas também pelos sindicatos do Paraná, Minas Gerais, Bahia e Rio Grande do Norte. (O GLOBO - 3/9/85)

PAZZIANOTTO TENTIA HOJE EM SP EVITAR PARALISAÇÃO EM BANCOS

O ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, reúne-se hoje às 10h, na Delegacia Regional do Trabalho de São Paulo, com cinco presidentes de federações e oito presidentes de sindicatos bancários com o objetivo de evitar a greve da categoria. Além dos líderes sindicais, estarão presentes o economista Walter Barelli, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), e um advogado dos bancários. O presidente da Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Estado de São Paulo, advertiu que "são imprevisíveis" as consequências de uma greve nacional da categoria, marcada para o próximo dia 11, responsabilizando o setor "patronal pelo que possa ocorrer". As principais reivindicações da categoria são: incorporação do abono de 25% dado em agosto, trimestralidade e estabilidade por um ano, produtividade de 10%. (FSP - 7/9/85)

TRABALHADORES RURAIS

ACAMPAMENTOS DO PARANÁ CANCELAM MANIFESTAÇÕES COM PROMESSA DO GOVERNO

Os trabalhadores sem terra do Sudoeste do Paraná, acampados há 55 dias à beira das estradas para exigir do Governo a realização da reforma agrária, decidiram, ontem, em assembleias gerais nos três acampamentos, cancelar as manifestações previstas para a Semana da Pátria, que incluíam o fechamento de três estradas por 12 horas a partir de hoje. As manifestações vão-se resumir à realização de missas nos acampa-

mentos e distribuição de notas explicativas à população das cidades. A decisão foi tomada em função da promessa do Governo estadual de que até o dia 15 próximo será apresentada uma proposta concreta para a desapropriação de áreas improdutivas em todo o Estado. Cinco comissões formadas por funcionários do INCRA, Instituto Terras e Cartografia e Florestas do Paraná (ITGF) e Secretaria de Agricultura já vistoriaram 44 áreas em todo o Estado, que somam 80 mil hectares, consideradas improdutivas e que são passíveis de desapropriação para reforma agrária. O trabalho das comissões será entregue, em documento final, ao Governador José Richa, no próximo dia 10, que o levará ao Ministério da Reforma Agrária, a quem caberá a decisão de desapropriação. O Governo do Estado acredita que até o dia 15 o Presidente José Sarney assinará o decreto de desapropriação dessas áreas. (JB - 6/9/85)

LAVRADORES PEDEM TERRA EM PASSEATA NO RIO DE JANEIRO

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra organizou ontem na Avenida Presidente Vargas uma passeata pela reforma agrária, que começou às 16h20min e durou cerca de uma hora, saindo da Central do Brasil, indo até a Candelária e retornando à Central. Participaram cerca de 2 mil lavradores de Cachoeiras de Macacu, Trajano de Moraes, Macuco, Duas Barras, Macaé, Angra dos Reis, Cabo Frio, São Sebastião do Alto e Baixada Fluminense. O coordenador nacional do movimento, Osvaldo de Liveira, disse que os trabalhadores rurais esperam a imediata execução do plano do Governo federal, com a distribuição de terras. A passeata teve o apoio da Comissão Pastoral da Terra, cujo coordenador geral, Geraldo Lima, destacou a necessidade de um levantamento de todas as terras do Estado não apropriadas. Lima defendeu o assentamento dos lavradores nessas terras, com o Governo cuidando para evitar violências. "É preciso descobrir os assassinos de 15 lavradores e do Padre Ezequiel Ramim, mortos em diversos pontos do país entre junho e julho", disse. Sobre a reação de latifundiários à reforma agrária, afirmou que grande parte de suas terras não tem propriedade legalizada. (JB - 7/9/85)

PASSEATA DE CAMPONESES EM RECIFE PEDE FIM DE MILÍCIAS

Com tarjas negras - em luto pelo assassinato de oito companheiros e líderes sindicais em um ano - e utilizando folhas de cana como bandeiras, cerca de 12 mil lavradores da região canavieira realizaram ontem passeata pelas ruas centrais da Capital, protestando contra violências e pedindo o desarmamento de "milícias privadas" que, segundo elas, continuam agindo nos engenhos pernambucanos. Os lavradores procediam de 45 municípios e seus sindicatos - que congregam 240 mil canavieiros - deflagraram a campanha salarial deste ano na última terça-feira. Eles fizeram a manifestação dois dias após a morte do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aliança, Evanduir Pereira da Silva, que vinha exigindo o cumprimento das cláusulas do último dissídio coletivo e por organização de atos públicos em defesa da reforma agrária. Ainda sob o impacto da morte do colega assassinado a tiro de espingarda - era um dos mais combativos da Mata Norte - gritavam pedindo justiça e exibiam faixas com dizeres como "Presidente STR de Aliança assassinado, a luta continua", "Evanduir presente" e "exigimos completa apuração do assassinato do PSTR de Aliança". A Federação dos Trabalhadores, após a passeata, encaminhou uma comissão ao Palácio do Campo das Princesas, com um documento, através do qual anunciou o início da campanha salarial, mostrou as principais reivindicações e voltou a criticar a violência, pedindo ao Governador Roberto Magalhães medidas preventivas para a greve, caso se concretize. Além do desarmamento das milícias privadas, os lavradores exigem, entre outras reivindicações: aumento de salário acima do custo de vida, reajuste trimestral, 40 horas semanais, atualização da tabela de serviços. Atualmente, eles recebem Cr\$ 354 mil 724 por 48 horas de trabalho semanal. (JB - 5/9/85)

LAVRADORES AMEAÇAM INVADIR FAZENDA APÓS O DIA 20

Se o Governo federal não iniciar até o dia 20 o plano de reforma agrária no Rio Grande do Sul, os colonos sem-terra começarão a invadir grandes fazendas. Na primeira etapa, os alvos são quatro propriedades no Alto Uruguai e no Planalto Médio, uma área total de 12 mil hectares onde o Movimento Estadual dos Colonos Sem Terra quer que sejam reassentadas imediatamente mil famílias. A decisão foi tomada na concentração de 10 mil colonos em Palmeira das Missões, no início de agosto, e comunicada oficialmente, ontem pela manhã, ao assessor da Presidência do Incra, Afet Abraão. De segunda-feira até o dia 20 eles vão ficar em vigília na Delegacia do Incra para acompanhar o desenvolvimento da questão. No dia 20, a Comissão Executiva Estadual dos Sem-Terra levará ao Incra, em Brasília, uma avaliação do quadro fundiário do Estado. Nela vão revelar que há pelo menos 36 mil hectares ociosos em 12 fazendas. O novo coordenador do Movimento Estadual dos Sem Terra, Darci Castro, afirmou ontem que, se realmente ocorrerem, as invasões serão o último recurso dos agricultores, "cansados de esperar uma resposta para suas reivindicações". Ele criticou o Presidente José Sarney por ter vindo ao Rio Grande do Sul inaugurar a "Casa dos banqueiros e dos latifundiários, sem resolver o problema dos homens pobres do campo". (O GLOBO - 7/9/85)

MAIS TRÊS MORTOS EM LUTA POR TERRA

Um conflito de terra terminou com a morte de dois lavradores e do capataz da Fazenda Comaia, do ex-Deputado estadual José Lamar, anteontem. Foi no povoado Cachimbo, município de Coroatá, a 280 quilômetros de São Luis (MA). As três mortes elevam para 13 o número de trabalhadores rurais assassinados este ano no Maranhão. Três pessoas estão feridas, uma delas gravemente. O choque começou porque 18 lavradores quebravam coco babaçu nas terras da Fazenda Comaia, o que é proibido pelo proprietário. O capataz José Teresa atacou os invasores com a ajuda de cinco capangas armados de revólver. Os dois lavradores mortos são José Manoel Ferreira de Sousa, e Domingo de Abreu. (O GLOBO - 7/9/85)

DEPUTADO ACUSA A TFP DE PREPARAÇÃO ARMADA

O Deputado Fernando Moraes, do PMDB, denunciou, ontem, da tribuna da Assembleia Legislativa, que a campanha nacional "de caráter paramilitar" para arrecadar fundos, se armar e "desencadear uma verdadeira guerra" contra o Plano Nacional de Reforma Agrária. Fernando Moraes exibiu no plenário folhetos editados pela TFP e dirigidos a fazendeiros. Nesses folhetos, além de se auto-intitular "especializada na matéria", a organização solicita ajuda financeira aos fazendeiros, através de contribuições que podem variar de Cr\$ 500 a Cr\$ 5 milhões por proprietário, que devem ser enviadas para a conta corrente SBDTFP nº 53662-8, agência 136 Bradesco - Urbana da Rua Cardoso de Almeida, São Paulo. As iniciais significam Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade. (JB - 6/9/85)

ÍNDIOS

ÍNDIOS PROTESTAM NOMEAÇÃO DO PRESIDENTE DA FUNAI

O sertanista Álvaro Villas Boas, assumiu ontem à noite a presidência da Fundação Nacional do Índio (Funai). Villas Boas fora nomeado presidente da Funai ainda na terça-feira, mas houve resistência à sua escolha por representantes de quinze tribos, que cercaram a sede do órgão para impedir a posse. Ontem, depois de mais de

oito horas de negociações com o ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto, as lideranças indígenas "racharam", ficando a maioria com o sertanista. As lideranças contrárias à nomeação de Álvaro Villas Boas (Kaingang, Guarani, Pataxó, Terena e Xocó-Cariri) se retiraram da reunião, anunciando formalmente a divisão entre as nações indígenas. Segundo Marcos Terena, novas lideranças indígenas chegarão a Brasília hoje e amanhã, a fim de retornarem ao Ministério do Interior para exigir a demissão do sertanista, que entrou no lugar de Gerson Alves, exonerado a pedido, "por motivos particulares". (FSP - 5/9/85)

ATOS DE REPRESÁLIA NO PARANÁ E EM SÃO PAULO

Revoltados contra a nomeação de Álvaro Villas-Boas para a Presidência da Funai, dezenas de índios guaranis e caingangues ocuparam ontem a 12ª Delegacia Regional do órgão, em Londrina. Na reserva de Ararib, município de Avaí, em São Paulo, 400 índios guaranis, krenaks e caingangues pintaram-se para guerra e fazem vigília a se encerrar amanhã, quando decidirão se irão a Brasília protestar, diante do Ministério do Interior, contra a escolha de Villas-Boas. O Delegado Regional da Funai em Londrina, Cornélio Vieiras de Oliveira, disse que a reação dos índios "é uma clara demonstração de que a comunidade indígena não aceita mais os métodos paternalistas e autoritários empregados durante anos pelos Villas-Boas". A nomeação também não agradou ao Presidente da Seccional Baiana da Associação Nacional de Apoio ao Índio, antropólogo Ordep Serra, que apesar de reconhecer a importância do trabalho dos Villas-Boas "num certo momento histórico", declarou: "Eles exercem um tipo de indigenismo ultrapassado, o do "Pai Grande", que já não se justifica diante do movimento indígena". (O GLOBO - 4/9/85)

VILLAS-BOAS DEMITE, NOMEIA E PROMETE DEMARCAÇÃO

Três funcionários da Funai foram demitidos e oito perderam seus cargos de confiança, em portarias assinadas ontem pelo novo Presidente da Fundação Nacional do Índio, Álvaro Villas-Boas, que nomeou nove assessores. Num encontro que manteve com representantes de várias tribos, Villas-Boas deixou claro que afastará os delegados da Funai que não se afinarem com sua administração e não aceitou questionamentos sobre a dispensa dos delegados em Londrina e Curitiba. A reunião com os índios durou cerca de duas horas e o Presidente da Funai prometeu lutar pela demarcação das terras indígenas e só permitir a entrada da Polícia Federal em suas reservas "para ajudar, e não para prejudicar os índios". A informação é do Cacique Megaron, txucarramãe que administra o Parque Nacional do Xingu. Um dos demitidos, Cláudio Romero, que era assessor da Presidência da Funai, acusou ontem o Ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto, de adotar uma política de "alijamento" das lideranças indígenas e dos "indigenistas comprometidos com os índios". Para ele, a crise na Funai é "ideológica, e não administrativa", pois o Ministério, na opinião dele, tem demonstrado estar "a serviço de fazendeiros e grupos econômicos". (O GLOBO - 7/9/85)

INTERNACIONAIS

TROPAS DOS EUA REALIZAM MANOBRAS EM TODO CONTINENTE

O chefe do Estado-Maior Conjunto dos Estados Unidos, general John Vessey, fez uma visita-relâmpago a Honduras. Ficou "algumas horas" conversando com autoridades militares hondurenhas. Há uma intensificação de manobras militares na América Central, Caribe e até América do Sul. Tropas norte-americanas foram detectadas na pa

te peruana da Amazônia, em Iquitos, fronteira com o Brasil. Reação do Parlamento do Uruguai impediu que tropas dos Estados Unidos desembarcassem numa praia uruguaia, em manobras conjuntas com tropas nativas. A militarização é vista pelo Pentágono como "resposta adequada" à incandescência da América Latina. Os EUA já têm em Honduras instalações e facilidades de comunicação e transporte suficientes para operar militarmente na América Central. Cada manobra é um tijolo a mais. A de agora deixa uma nova estrada. Há seis aeroportos, hospitais, estações de radares, etc. "Tropas dos Estados Unidos se familiarizam com a geografia da América Latina para o caso de que sua presença seja necessária", diz o chefe de Estado-Maior Conjunto de Honduras, coronel Gonzalez. (FSP - 7/9/85)

GREVE GERAL DE 48H DEIXA BOLÍVIA SEMIPARALISADA

A greve de 48 horas decretada pela Central Operária Boliviana (COB), que teve início à meia-noite de terça-feira, prossegue com manifestações e passeatas de protestos contra o plano econômico do governo (em vigor desde sexta-feira), anunciaram os dirigentes da organização, que reúne a maioria dos sindicatos bolivianos. Em resposta ao movimento, que deixou o país semiparalisado, o governo ordenou que policiais ocupassem a Corporação Mineira da Bolívia (Comibol) e a empresa petrolífera estatal, onde a adesão à greve é total, e declarou em "sessão permanente" o conselho de ministros. A COB ameaçou prorrogar a paralisação por mais 72 horas e transformá-la em uma greve geral por tempo indeterminado, caso o governo reprima com violência grevistas e manifestantes ou decreta estado de sítio. Mas o governo também fez advertências, dizendo que as Forças Armadas (em estado de prontidão) agirão se os protestos não forem contidos pelas forças policiais, que se encontram em "estado de emergência" desde segunda-feira. Os sindicatos exigem a revisão das medidas econômicas, que congelam os salários até dezembro, extinguem empresas estatais, eliminam a estabilidade no emprego, liberam importações e exportações e já provocaram aumentos de mais de 200% nos preços dos gêneros de primeira necessidade. Dirigentes da COB recorreram ao Supremo Tribunal para pedir a anulação do plano econômico, que classificam de inconstitucional. O governo respondeu afirmando que as greves podem ser decretadas ilegais. (FSP - 5/9/85)

HILE JÁ TEM 10 MORTOS NAS MANIFESTAÇÕES CONTRA PINOCHET

Subiu para 10 o número de mortos nas manifestações de protesto contra o General Augusto Pinochet. O Governo militar pediu à Corte de Apelações que interpele judicialmente 100 dirigentes opositores do regime como "responsáveis materiais intelectuais" pela jornada de protesto do dia 4. As organizações que convocaram a manifestação são o Comando Nacional de Trabalhadores (CNT), a Coordenadoria Metropolitana de Favelados e o Movimento Democrático Popular (MDP). (JB - 7/9/85)

DENÚNCIA DE ITAPARICA

Os trabalhadores rurais atingidos pela barragem de Itaparica encontram-se numa situação cada vez mais difícil, ante a falta de providências concretas do Governo, no sentido de garantir o reassentamento das 7 mil famílias de trabalhadores rurais que serão desalojadas. A inundação se dará dentro de 18 meses, tempo insuficiente para se dar uma solução humana à situação, conforme reivindicam os trabalhadores rurais.

A desapropriação por interesse social das terras é a medida urgentíssima que precisa ser tomada, para liberar as áreas destinadas ao reassentamento das comunidades rurais dos 8 municípios atingidos: Petrolândia, Floresta, Itacuruba e Belém de São Francisco em Pernambuco e Glória, Rodelas, Chorrochó e Abaré, na Bahia. Esta providência está dependendo do INCRA que após reunião com os dirigentes sindicais na área, comprometeu-se a encaminhar à presidência do órgão o processo desapropriatório.

Entretanto, a grande preocupação dos trabalhadores rurais e dirigentes sindicais da área afetas pelo reservatório de Itaparica é quanto as atitudes do presidente da CHESF, Dr. Antonio Ferreira de Oliveira Brito, que vem sistematicamente se recusando a dialogar com os representantes dos trabalhadores rurais que desde julho, último, solicitaram audiência até o momento não atendida.

Os dirigentes sindicais pretendem discutir sobre o GT/CHESF grupo de trabalho criado por Oliveira Brito com o objetivo de elaborar um "Plano Integrado para ações de desapropriação, reaparelhamento de infra-estrutura e reassentamento de populações na área do futuro reservatório de Itaparica". Este GT/CHESF, inobstante os objetivos a que se opõe, não conta com a participação de representantes dos trabalhadores rurais, ferindo critérios estabelecidos no ano de 1981, pelo GT/Itaparica, grupo interministerial que traçou as linhas fundamentais de atuação, dentre estas a participação dos lavradores através de seus representantes sindicais.

Além disso, o presidente da CHESF, criou em todos os municípios afetados pela barragem, Comissões Municipais, colaboradoras do GT/CHESF para levantar o número de famílias atingidas, propriedades, valores indenizatórios e opções da população. Tudo isso já foi feito há 2 anos pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais da área e pela própria CHESF. Na verdade essas comissões se constituem num espaço criado para acomodar apadrinhados políticos com objetivos eleitorais e de empreguismo. Diante disso, o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais protesta contra essas medidas adotadas pelo presidente da CHESF principalmente porque não foram precedidas de discussão com os trabalhadores rurais e o resultado é tão somente atrasar ainda mais a solução de um problema social que se arrasta há anos, envolvendo 7 mil famílias de trabalhadores rurais.

Reafirmamos a nossa posição de que qualquer encaminhamento relativo ao reassentamento não pode ser tomada isoladamente pelos órgãos governamentais. Pelo contrário, devem sempre contar com a participação ativa dos representantes dos trabalhadores rurais, como vinha se operando, na administração anterior da CHESF.

Por isso, não concordamos e não aceitamos essas medidas recentemente adotadas e responsabilizamos o Dr. Antonio Ferreira de Oliveira Brito, presidente da CHESF, pelas consequências que venham a ocorrer na área. (PETROLÂNDIA - PE, 30 de agosto de 1985)

(Fed. dos Trab. na Agricultura do Estado da Bahia - FETAG, Sind. dos Trab. Rurais de Petrolândia - PE, Sind. dos Trab. Rurais de Floresta - PE, Sind. dos Trab. Rurais de Itacuruba - PE, Sind. dos Trab. Rurais de Belém de S. Francisco - PE, Sind. dos Trab. Rurais de Glória - BA, Sind. dos Trab. Rurais de Rodelas - BA, Sind. dos Trab. Rurais de Chorrochó - BA).